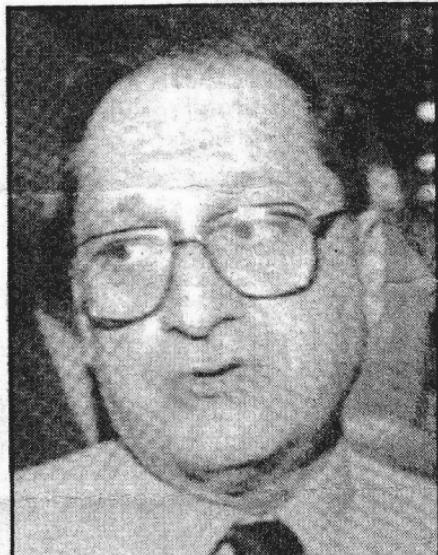


Subvenções podem levar à cassação de sete

BRASÍLIA — A subcomissão de subvenções sociais da CPI que investiga a máfia do Orçamento já tem sete nomes que serão sugeridos para terem os mandatos cassados. São eles: o ex-líder do PDMB na Câmara Genebaldo Correia (BA), João Alves (sem partido-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Fábio Rauhneitti (PTB-RJ), João de Deus (PPR-RS) e o suplente de Rauhneitti (PTB-RJ), Féres Nader. Outros três parlamentares dependem das conclusões das investigações sobre eles para também serem listados pela subcomissão de subvenções: Daniel Silva (PPR-MA), Francisco Diógenes (PPR-AC) e Raquel Cândido (PTB-RO).

Ontem, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), disse que a comissão deverá trabalhar durante o recesso de Natal, caso a Mesa do Congresso garanta a presença de funcionários para a parte técnica.

Magalhães disse que deverá antecipar em cinco dias a conclusão de seu relatório sobre a CPI, com previsão de término para o dia 17. A antecipação é para ter tempo suficiente para contestar eventuais ações jurídicas contra o relatório. Mantida a



Roberto Magalhães: tese sub judice

data da conclusão do relatório e, havendo contestação jurídica, a CPI acabaria porque não haveria prazo legal para a leitura do relatório.

Boatos de que parlamentares já estariam preparando o golpe da renúncia para fugir das cassações agitaram ontem a CPI. Para Roberto Magalhães, o sucesso de tal estratégia dependerá da sentença que o Judiciário dará ao mandado de segurança impetrado pelo ex-presidente Fernando Collor para anular a decisão do Senado.